

**HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL:
UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO**

A história da comunicação social nasce e se consolida entre o final da década de 1940 e meados da década de 1970. Nesse início, predominavam os temas relacionados à contemporaneidade, embora o papel da comunicação na Antiguidade clássica também tenha merecido a atenção dos estudiosos da comunicação social (Diaz & Alffond, 2001). O jornalismo passou a ser o alvo principal de estudo pela abundância de fontes disponíveis e pela relevância adquirida na sociedade.

Duas referências metodológicas predominavam naquele momento, seguindo campos de investigações claramente diferenciados. Uma consolidada nos Estados Unidos e na Europa desde o final do século XIX, em pleno auge do positivismo histórico, voltada para o estudo diacrônico da imprensa e, com menor frequência, para os assuntos do rádio e cinema. A outra, nascida da crítica ao modelo positivista, dominante, também, em vários países do mundo ocidental, notadamente nos Estados Unidos, atuava no sentido de avaliar os impactos do jornalismo nas audiências, permitindo o surgimento de reflexões teóricas mais complexas do que as propostas pelo positivismo (Mattelart, 1995; Wolf, 1987). O desdobramento político da Segunda Guerra Mundial interferiu na evolução dessa segunda teoria, iniciando-se, dessa forma, uma abertura à qual se incorporariam aportes teóricos e metodológicos provenientes de outras ciências da área de humanas. Fruto dessa movimentação, três grandes matrizes metodológicas com suas preocupações e abordagens predominariam nas relações entre a comunicação e a sociedade: o marxismo, o funcionalismo e os autores dos *Annales*.

Marx e Engels não trataram especificamente do tema da comunicação, mas não se pode ignorar a interferência do materialismo dialético na construção da história da comunicação social.¹ O eixo central do marxismo, expresso na obra *Contribuição à crítica da economia política*, implicava a aceitação de alguns princípios básicos como a existência do conflito na mudança social. Tal conflito ocorreria

no embate entre as forças sociais de produção existentes e as emergentes. Ainda nessa obra, Marx destaca que o modo de produção determina o modelo de relações sociais e acentua a existência de uma superestrutura política, jurídica e ideológica como instrumentos perpetuadores das relações de dominação de classe. Nesse campo pode ser inserido o papel dos meios de comunicação por defenderem conceitos intangíveis, mas presentes, na formulação e expressão de valores determinantes, na consolidação de ideias e pensamentos e outras práticas, na maioria das ocasiões, conservadores e a serviço da classe dirigente.

Para que aconteçam câmbios, segundo a lógica marxista, um dos elementos centrais diz respeito à visão crítica da realidade, capaz de evitar a alienação das pessoas em relação ao momento e à conjuntura nos quais se encontram inseridas. Diminuir a influência desses mecanismos conservadores passa a ser uma das frentes de ação dos agentes da revolução. Os meios de comunicação, nesse contexto, poderiam ser instrumentos a favor da mudança, na medida em que denunciasses, com seus conteúdos, a maneira como a burguesia perpetua seu poder e formas de ascendência.² Metodologicamente, o pensamento marxista contribuiu para formular uma teoria das ideologias que estabelecia uma relação direta entre estruturas sociais, formações ideológicas, produtos discursivos e meios de comunicação. A função ideológica e comunicativa carregaria todas as contradições latentes da realidade perpetuadas a partir de uma ótica de classe, ou seja, a da classe dominante. Essa classe, ao deter seus próprios meios, os usaria no sentido de fazer prevalecer seu poder. Por essa razão, considera-se de fundamental importância, do ponto de vista da análise marxista, decodificar a natureza da comunicação, além de identificar os detentores desses meios e a natureza das mediações

estabelecidas com os demais membros da sociedade. Para atenuar o monopólio da informação, a saída apontada se direcionava na elaboração de jornais de classe, ou seja, jornais para defender os trabalhadores e seus pontos de vista.

Se o marxismo contribuiu para dar um sentido à comunicação e, conseqüentemente, à sua função histórica, o mesmo pode ser dito do funcionalismo. Como apontávamos nas linhas anteriores, mais ou menos na década de 1950 os estudos sobre jornalismo nos Estados Unidos representaram um momento de inflexão na construção da história da comunicação social. Como proposta investigativa, o funcionalismo sugere a ideia de direcionar a pesquisa social para identificar as conseqüências, os fins e as funções do objeto de estudo. Desse modo, pretendia decodificar a realidade social, entendida como um sistema estrutural em que as ciências sociais, incluindo nela a comunicação, deveriam analisar e desvendar o sistema de interações contidas nas estruturas da sociedade em questão. A comunicação, nessas circunstâncias, teria como função principal estabelecer uma relação multidirecional e dinâmica entre os diversos elementos envolvidos, desde a emissão até a recepção das mensagens.

Por essa razão, o funcionalismo procura descobrir a eficácia da comunicação mensurando seu alcance e apontando suas possíveis limitações. Metodologicamente, tal princípio demandava o estudo dos componentes do sistema comunicativo como os atores, meios ou mensagens e sua correspondência com outros fatores responsáveis pela constituição da estrutura social. Na trajetória do funcionalismo, adotaram-se diversos mecanismos para avaliar como se processava a influência da comunicação na sociedade. Consolidaram-se, na evolução dessa caminhada, as pesquisas de audiência, que têm tanto valor na atualidade. Como resultado dessas pesquisas, o funcionalismo percebeu que a comunicação interferia com seu conteúdo não apenas na formulação e consolidação das relações sociais, mas também em atividades pouco estudadas como o entretenimento e o lazer.

Entretanto, desde o final da Segunda Guerra Mundial, a persuasão política e o papel das campanhas para divulgar candidatos e propostas dominaram a preocupação dos funcionalistas. Afinal, se a

sociedade dependia do modelo político, nada mais relevante do que ver como as pessoas respondem às propostas de seus futuros dirigentes. Não podemos nos esquecer de que naquele momento, marcado pela guerra fria, de modo subjacente ao tema comunicação e política, se encontrava a convicção dos funcionalistas, os quais acreditavam residir na política a chave para a explicação do funcionamento social.

Uma das contribuições mais relevantes do funcionalismo diz respeito à categoria de sistema, entendido como um modelo estrutural no qual se pautam as relações entre a comunicação e seus fatores externos. A integração de diversos sistemas constituiria o que conhecemos como estrutura social. No sistema social, cada subsistema pode ser estudado isoladamente, de maneira mais detalhada, permitindo decodificações de como se estabelece a trama social e como cada um dos seus componentes pode agir e influenciar a construção da teia social. Justamente nesses estudos, a comunicação recebeu um tratamento especial pelos funcionalistas, pois a consideravam um elemento relevante na hora de intervir no sistema social, permitindo que as condutas individuais estivessem de alguma forma determinadas pelos interesses de grupos comunicacionais mais amplos e poderosos.

Dentro dessa corrente, os autores identificados como os propulsores da história da comunicação social são os canadenses Harold Innis e Marshall McLuhan.³ McLuhan tentou identificar os componentes que determinam as condições de equilíbrio e de continuação nas sociedades, nos impérios e nas civilizações. Via nas tecnologias usadas na comunicação os fatores desencadeadores do nascimento e consolidação do sistema social, assim como os marcos de dominação política. Imbuído dessa crença, percebia que a comunicação – entendida como o conjunto de relações e técnicas – estabelecia um marco determinante sobre as formas vigentes em cada época e em

cada era. McLuhan acredita numa convicção profunda: as mídias definem o ambiente do homem e da sociedade, alterando todos os aspectos da vida.

Já Innis procurou compreender as causas, o sentido e a direção das mudanças consecutivas à invenção das novas mídias e de seu impacto na vida social. A mídia produz e reestrutura padrões de interdependência social, todo aspecto da vida pessoal e seu relacionamento social. A evolução das mídias constitui o principal fator explicativo determinante da história humana.⁴

Uma derivação importante proveniente da visão funcionalista se encontra na teoria da modernização. Nela se considera a comunicação de massas, principal responsável pelo progresso e pela modernização das sociedades, como um dos elementos fundamentais na evolução social. Defende-se a ideia do poder efetivo e real de interferência dos meios de comunicação de massa. Na construção social, as pessoas materializam suas representações e crenças influenciadas pelas mensagens veiculadas pela mídia. Na comunicação, sob essa ótica, se conduziriam e socializariam os componentes e valores culturais desencadeadores de qualquer processo de mudança.

A relevância das contribuições expostas anteriormente se encontra no fato de apresentar uma interpretação racional e científica sobre a relação dos meios de comunicação e as transformações sociais. Como fruto dessa valorização, ocorreu a vinculação sistemática da comunicação na academia, chegando a merecer, paulatinamente, um destaque importante na compreensão da sociedade e na valorização das fórmulas simbólicas e culturais.

Posteriormente à década de 1960, os estudos da história da comunicação social seguiram dois caminhos bem diferenciados. O primeiro, mais descritivo e geral, procurou identificar nos processos

globais fatores da transformação social de um determinado período, inserindo a comunicação como um elemento a mais entre os responsáveis pelas mudanças. A comunicação, desde essa perspectiva, aparecia como elemento coadjuvante, perdendo sua originalidade e peculiaridade na modificação social. O segundo seguia rumos diferentes na medida em que procurava ver, de maneira mais restrita, o impacto da comunicação (ou, pelo menos, dos temas veiculados nos meios de comunicação) nas transformações das sociedades. A segunda trajetória nos interessa mais por privilegiar a relação entre as dinâmicas das mudanças estruturais e a informação oferecida pelos meios de comunicação.

A história, suas teorias, métodos e abordagens, assim como o funcionalismo e o marxismo, também contribuíram na consolidação da história da comunicação social. Logo após a Segunda Guerra Mundial, na França a história experimentou um movimento de grandes transformações se comparado com a predominância de modelos anteriores, notadamente os afinados com o positivismo (Febvre, 1986). Não se pretende, neste texto, descrever seus “combates”, apenas pretendemos ver como, metodologicamente, a história colaborou na construção da história da comunicação social. Esse movimento, conhecido por *Annales*, incorporou dois modos de trabalhar a história de fundamental importância para compreender a afinidade história-comunicação. O primeiro diz respeito à interdisciplinaridade e o segundo se relaciona com o papel de destaque adquirido pelas movimentações das massas, protagonistas das transformações sociais. Sobressaem, nessa aproximação, os estudos sobre as estruturas e conjunturas econômicas, demográficas, sociais e de mentalidade, pontos importantes para a elaboração da história da comunicação social.

Mas a corrente dos *Annales*, no âmbito da historiografia, não conseguiu se impor sem enfrentar resistências. Os questionamentos feitos a esses autores se direcionavam no sentido de duvidar de algumas interpretações por adotarem novos objetivos, novos problemas e novas abordagens. De alguma forma, observa-se que a questão não se circunscrevia apenas ao método, mas à disputa por lugares na

academia e acesso a outras vantagens. Mas não se pode negar que essa nova corrente, apesar das resistências, ia avançando de tal maneira que, nos anos 1960, já era conhecida e reconhecida em vários países europeus.

O estruturalismo dos *Annales* coincidiu com sua adoção na sociologia e em boa parte das ciências humanas e sociais.⁵ Os diversos pontos de vista provenientes dessas áreas acabariam exercendo uma forte influência na comunicação por proporcionar novas e sólidas concepções sobre o social, assim como por ajudar na periodização da história da comunicação social. Existe uma coincidência em apontar Braudel como o historiador que mais colaborou para ampliar as possibilidades de se criar uma história da comunicação social. Sabe-se que as contribuições de Braudel residem na sistematização dos conceitos de *longa duração* e *história total*.

O âmbito histórico de Braudel é a civilização e, dentro dela, procura identificar as diversas manifestações culturais. Dessa forma, a história teria uma grande capacidade para discernir o passado, ler o presente e, de alguma maneira, projetar o futuro. A ponte com a comunicação social estava construída. Braudel se preocupava com as grandes estruturas cronológicas e as manifestações da cultura contidas nelas. Essa concepção total da história será completada, no pensamento de Braudel, com a adoção de uma ordem cronológica estratificada: existe um tempo individual que se insere num tempo social muito mais amplo, e este, por sua vez, se enquadra no geográfico, este, sim, verdadeiramente estrutural. Dessa forma, encontram-se nas sociedades estruturas dotadas de longa tradição, tornando-se elementos estáveis para sucessivas gerações, agindo no sentido de impedir o avanço da história.

Metodologicamente, as contribuições de Braudel permitiram o estudo dos meios de comunicação de uma perspectiva ampla, na qual

se deveria atentar para seus condicionantes jurídicos, econômicos, políticos ou institucionais. Ainda se pode destacar, dentro desse resgate da contribuição braudiliana à comunicação, o alerta que proporciona para a possibilidade de ligar, via comunicação, elementos aparentemente díspares entre si, ou seja, o sentido de uma determinada sociedade poderia ser encontrado estudando a maneira como ela se comportou diante dos meios de comunicação massificados.

Na década de 1970, o debate sobre a metodologia histórica gerou tentativas para reflexionar sobre a história a partir de novas perspectivas. Multiplicaram-se os enfoques, os objetos de estudo e os métodos de trabalho. Sobretudo na historiografia francesa, surgiu o interesse por temas como a vida privada, os âmbitos da sociabilidade ou os esforços para resgatar o papel da mulher e de outros sujeitos históricos, personagens portadores de uma história merecedora de interpretações e reconstituições.

No bojo dessa ampla gama de abordagens, destaca-se a contribuição de Vovelle (1987), para quem as mentalidades se formavam num jogo dialético no qual se confrontavam as relações entre as condições objetivas da vida das pessoas e a maneira como contam essa forma de vida. Apropriando-se do conceito de longa duração de Braudel, Vovelle alerta no sentido de que as mentalidades seriam um substrato permanente enterrado no subconsciente coletivo. Por essa razão, devem-se valorizar as opiniões por expressarem uma posição explícita, assumida com clareza por um determinado segmento social. As relações com as possibilidades de se escrever a história da comunicação social são frutíferas. Os meios se inseriam dentro das mediações propostas por Vovelle, ajudando na reprodução de cosmovisões portadoras de elementos que interferem na consolidação da sociabilidade.

Se até aqui privilegiamos a visão francesa na relação história-comunicação, agora entraremos brevemente na contribuição inglesa na construção da história social da comunicação. O marxismo, na ilha, viveu em condições bastante especiais. Preservado na academia, seguiu uma trajetória singular, pois se opôs ao determinismo econômico, ressaltou a importância do subjetivo nos processos de

mudança e valorizou o papel social dos agentes responsáveis pela transformação social. Dessa maneira, a problemática dos historiadores britânicos acentua temas diversos, como o estudo do cenário onde acontecem as relações trabalhistas, as condições de trabalho, os marcos da sociabilidade ou a transição de valores na sociedade. Essas características se encontram em dois grandes autores dessa “escola britânica” como são Hobsbawm e Thompson. Suas reflexões voltadas para analisar o papel da cultura na sociedade são fundamentais para entender a relevância do papel da comunicação na estrutura social.

Numa de suas obras, *A era do império*, Hobsbawm (2007) afirma que os meios de comunicação, no final do século XIX, se mantiveram ativos e progrediram em razão das mudanças tecnológicas experimentadas naquele momento. Ele coloca os meios dentro de um cenário dinâmico e segmentado, servindo tanto aos interesses dos grupos dominantes como aos excluídos do sistema. A comunicação, tal como é vista por esse autor, se insere em um fenômeno social ligado ao meio material, às técnicas e à capacidade de assimilação ou contestação. Essa interpretação se assemelha à apresentada por Thompson (1987) na sua obra clássica sobre o operariado inglês, na qual relaciona a classe operária à influência de determinadas macrovisões culturais. As classes se constituem em relação às experiências comuns e aos mecanismos de percepção e comunicação que constituem suas identidades. A formação de opiniões decorre desse duplo processo, o fator contextual e a incorporação de valores contidos nas tradições e demais referências culturais com as quais os trabalhadores mantêm contato. Podemos pensar como, do ponto de vista dessa abordagem, os meios colaboram de maneira bastante ativa na formação de pensamentos e visões expressos nas manifestações culturais da sociedade. Escrever a história da comunicação social seria, então, mostrar esse relacionamento de interferências capazes de alterar costumes, tradições ou de dialogar com novas interpretações criadas pela exposição da informação na sociedade.

Essas duas visões coincidem com as interpretações da cultura dos autores incluídos nos denominados estudos culturais ingleses como Raymond Williams (1992) ou Stuart Hall (2005). De fato,

a adoção da dialética como método, o cuidado com os fenômenos culturais coletivos, o interesse pela narrativa e o posicionamento contrário ao determinismo ocasionado pelos meios sobre as massas representam ideias consolidadas nos estudos culturais e na historiografia britânica.⁶

As ideias anteriores tiveram ressonância na América Latina e, de certa maneira, acabaram acompanhando as mesmas etapas e problemáticas na construção, no continente europeu e nos Estados Unidos, da história da comunicação social. Os registros de estudos sobre a comunicação na América Latina, de acordo com Marques de Melo (2003), remetem à segunda metade do século XIX, quando Fernandes Pinheiro estudou as estratégias evangelizadoras dos jesuítas. Do mesmo autor, datam de 1859 as abordagens analíticas para questionar a primazia lusitana na introdução da imprensa em território brasileiro, contrariando algumas obras que atribuíam tal feito aos invasores holandeses do século XVIII. Procedimentos semelhantes aconteceram no resto dos países da América Latina, tendo em comum, ainda no século XIX, seu caráter descritivo e não analítico.

A entrada da comunicação na Universidade na América Latina remonta ao ano de 1934, quando a Universidade de La Plata, em parceria com a Universidade Columbia e com o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Buenos Aires, cria o curso de Jornalismo. No Brasil, no ano seguinte, a Universidade do Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro, lançou o primeiro curso superior destinado a formar jornalistas e publicitários. A intenção predominante nesses cursos residia no caráter profissionalizante, ou seja, havia a preocupação em formar mão de obra e não especialistas na construção de um saber específico relacionado aos meios de comunicação. Contudo, na medida em que se abriam as possibilidades de ampliar os estudos e de ter contato com obras e autores reconhecidos como especialistas, a situação se alterou, resultando na crítica ao modelo implantado pelos professores norte-americanos.

Numa primeira avaliação sobre as origens universitárias dos estudos da comunicação, Herscovitz (1995) é categórica ao afirmar que

[...] diante da neutralidade científica defendida pelos acadêmicos norte-americanos [...] os latino-americanos se dedicam com mais frequência à pesquisa sobre interesses de classe e propriedade dos meios de comunicação, utilizando como referência teórica obras de autores como os frankfurtianos Adorno, Horkheimer e Benjamin e os marxistas Gramsci e Althusser.

Martino (2007) apresenta o motivo pelo qual tal fato aconteceu. Ocorre que, na década de 1960, a preocupação em mostrar a luta política pelo reconhecimento da natureza extremamente estratégica da comunicação e de seus produtos midiáticos residia no fato de se entenderem tais produtos como mecanismos de defesa e de preservação da identidade nacional. Existia “uma luta” para evitar a homogeneização induzida pela tecnologia que, aos poucos, massificava e comercializava a comunicação na maioria dos países latino-americanos. Outro motivo gerador desses posicionamentos mais críticos relacionava-se à introdução de grupos privados no setor da comunicação de massas.⁷

Esses grupos midiáticos, influenciados e com o apoio indireto de capital americano, apareciam como suspeitos de promover uma nova colonização econômica, via cultura, capaz de criar consumidores destinados a perder sua identidade cultural. Os pesquisadores identificados com tal abordagem expressavam, em suas obras, uma forte preocupação com a importância da cultura na construção de uma nova realidade mais justa e igualitária, tendência presente até

os dias atuais. Por essa razão, a presença estrangeira era vista como perigosa e contrária aos processos de transformação social, urgentes no continente. O curioso, nesses estudos, tal como mostrado anteriormente, é o fato de utilizarem autores como Adorno, Horkheimer, Benjamin, Gramsci e Althusser, ou seja, europeus, para fundamentar sua argumentação, deixando de lado pesquisadores mais voltados para a realidade latino-americana.

O processo de urbanização intensa, logo após a Segunda Guerra Mundial, refletiria nas análises sobre a comunicação no continente. Efetivamente, as pessoas que chegavam aos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do México ou Santiago, acabaram expostas aos meios de comunicação de massa (notadamente o rádio e a televisão) de maneira muito rápida. A preocupação com “as massas” alentava pesquisas destinadas a denunciar a alienação promovida pela comunicação, que se valia da população analfabeta, presa fácil de sofrer manipulação, deslumbrada pelo fascínio apresentado pelos meios de comunicação.

A Unesco, ao responder aos debates sobre a interferência da comunicação na cultura e na vida das pessoas, acabou entrando no assunto. Dessa maneira, dois grandes centros de estudos foram criados. O primeiro data de 1957 e foi sediado no Instituto Universitário de Estrasburgo; o segundo, na cidade de Quito, Equador, em 1959, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (Ciespal). Tal medida representaria o fator-chave para que a comunicação adquirisse o *status* de ciência na América Latina. Entretanto, deve ser notado que, no mesmo ano, na Venezuela, com orientação diferente do Ciespal, funda-se o Instituto Venezuelano de Investigações da Imprensa. O embate dos representantes dos dois institutos aconteceu no Primeiro Encontro Latino-Americano

de Comunicação, em 1973, na Costa Rica. Lá, o Ciespal tornou-se alvo de críticas por defender um posicionamento claramente norte-americano, desvirtuando o intuito de uma comunicação do continente. O método funcionalista, considerado acrítico e conformista, apareceu como o principal vilão dessa história. Ao final, ao estudar as partes, esquecia-se de analisar o conjunto da sociedade, resultando em abordagens totalmente parciais e não representativas do todo social.

Nesse embate, emergia uma nova maneira de entender a comunicação na América Latina. Fundamentados nos métodos propostos pelos frankfurtianos para conceituar o imperialismo cultural e tendo como pano de fundo a Teoria da Dependência, emergem os estudos destinados a criticar o caráter mercantilista e consumista da comunicação. Abria-se, dessa forma, a possibilidade de se iniciar uma série de trabalhos nos quais a militância política e a comunicação andavam de mãos dadas. Martino (2007) alerta que essa mudança não implicou, necessariamente, uma maturidade teórica na construção de uma metodologia peculiar à América Latina e muito menos a construção de uma história social da comunicação. Por sua vez, as universidades – como aconteceu no Brasil, quando, em 1972, a Universidade de São Paulo e a Federal do Rio de Janeiro abriram espaço para os estudos de pós-graduação – prosseguiram na tentativa de consolidar o pensamento latino-americano de comunicação.

Segundo Herscovitz (1995), o surgimento da nova linha de investigação, preocupada com a questão social, coincidiu com a proliferação de escolas de comunicação e de grandes transformações sociopolíticas. Os desdobramentos originados naquele momento deixaram clara a divisão entre as escolas crítica e empírica no continente. Os principais temas da escola crítica incluíam a comunicação de massa e a cultura (imperialismo cultural), a formação de monopólios, a

comunicação alternativa, a transnacionalização da cultura e a cultura popular. Sua fundamentação teórica se baseava na investigação da estrutura e do conteúdo ideológico da mídia. Já a empírica se preocupou com a parte formal da comunicação sem relacionar seus temas com as repercussões sociais.

No final da década de 1970, as transformações ocorridas no continente, traduzidas na aguda crise econômica e na forte mobilização popular, acabaram influenciando a consolidação dos temas peculiares à comunicação crítica. Para Marques de Melo (2003), o desencadeamento da crise dos anos 1970 e a abertura política no continente se espelham nas pesquisas de comunicação. Tais pesquisas, além de prosseguirem com a denúncia social, refletiram sobre as formas e possibilidades de construir modelos de comunicação mais democráticos. Essa inquietação prosseguiu na década de 1980.

Consolidadas as democracias no continente latino-americano, pelo menos nos seus aspectos formais, adentra-se na década de 1990 com uma ampliação dos temas relacionados à comunicação. Assuntos como o restabelecimento da liberdade de imprensa, o crescimento da indústria da comunicação dirigida pelo capital privado, a adoção de uma economia de mercado fortemente apoiada em vínculos internacionais, o uso das novas tecnologias nos meios de comunicação, além de uma possível integração socioeconômica entre os países da região, constituíam as pautas mais relevantes dos estudiosos da comunicação. De acordo com Martín-Barbero (2007), passou a existir, no início dos anos 1990, uma valorização da cultura e de sua função de mediação entre o sistema social e a vida cotidiana das pessoas. Para dar conta dessas questões, Martín-Barbero propõe um projeto transdisciplinar entendido não como a dissolução de seus objetos nos objetos das ciências sociais, mas como a construção das articulações que marcam sua especificidade para pensar, do prisma da comunicação, os mais diversos tipos de temas. Na opinião de Raul Fuentes (1999, p.65),

[...] desde a comunicação seriam observados os processos e as dimensões que incorporam perguntas e saberes históricos, antropológicos,

estéticos, ao mesmo tempo que a história, a sociologia, a antropologia e a ciência política se encarregam dos meios e dos modos como operam as indústrias culturais.

Berger (2001, p.268) resume de maneira bastante precisa a tendência da pesquisa comunicacional na América Latina nos anos 1990. Constata o relacionamento da comunicação com o cenário da cultura que, na América Latina, encontra eco na sua formação híbrida, capaz de gerar múltiplas mediações na recepção das mensagens. Nessa nova abordagem, nem a ideologia nem a dependência foram abandonadas. Agora se inserem dentro da problemática da globalização e da mundialização. De alguma maneira, nos programas de pós-graduação, locus privilegiado da pesquisa em comunicação, “persistiram os estudos, porém com mais rigor e qualidade teórica e metodológica sem perder a já tradicional vertente de compromisso com a transformação social”.

Nas páginas anteriores, procuramos ver as diversas abordagens das quais resultam interpretações relacionadas à construção da história da comunicação social. *Metodologicamente*, ainda devem ser tomados alguns cuidados que passamos a explicitar. É importante lembrar que as mensagens midiáticas são apreendidas pelos receptores de modo diferente, de acordo com os códigos específicos do seu tempo. Cada geração recebe os fatos de maneira própria e peculiar. Por esse motivo, as mensagens devem ser entendidas e analisadas da maneira mais fiel possível, tarefa árdua conseguida na medida em que se usa a interdisciplinaridade no intuito de se municiar do maior número de dados possível. Ainda, no que se relaciona a essa questão, convém notar que a forma de comunicar de cada meio também difere com o

passar dos tempos. Contextualizar, nessa perspectiva, ultrapassa a preocupação cronológica. Exige estudo minucioso da maneira como um determinado período coloca valores, crenças, atitudes e demais componentes na elaboração da sociabilidade. Não se pode entender, por exemplo, a televisão da década de 1960 como os olhares da década de 1990 ou dos dias atuais.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à própria produção e emissão das mensagens dos meios. Sabe-se que na produção cinematográfica o tempo de elaboração do produto é lento, permitindo a colocação de mensagens mais detalhadas e completas, passíveis de ser corrigidas ou de dialogar mais profundamente com os temas do momento. As possibilidades na construção de um produto cinematográfico, pelo menos até o surgimento da internet, podiam usar o tempo e o espaço de maneira bastante eficaz. Nada impedia valer-se de recursos de outras épocas para ilustrar determinadas passagens ou acontecimentos. Nunca se deve esquecer que o *objetivo* final da comunicação são as pessoas receptoras das mensagens produzidas pelos meios. A tecnologia e as mensagens, sem dúvida, adquirem um papel relevante na construção da comunicação e em como ela traçou sua trajetória. Entretanto, para os estudos da comunicação sob uma perspectiva histórica, a questão central residirá na forma de abordar os efeitos e mudanças na sociedade ocasionados pelos meios.

Afinal, as pessoas expostas às mensagens reagem de maneiras diferentes, não se podendo pensar num comportamento padrão, universal, aplicável a qualquer contexto ou situação determinada. Tal questão demanda dos historiadores da comunicação social a procura de novas interpretações, novos enfoques e novas avaliações dos efeitos das mensagens sobre as pessoas num contexto específico. Sem dúvida, deparamos com um desafio acentuado: como interpretar os acontecimentos e a informação recebida pelas pessoas e como avaliar seus impactos na sociedade? Essa questão pretende ser respondida como os estudos de caso apresentados no último capítulo deste livro.

Feitas essas ressalvas, resta definir a natureza da comunicação social, ou seja, qual é seu objeto de estudo e como o trata. O objeto de estudo são os meios de comunicação e seus impactos sociais. En-

tretanto, assinalar o objeto não revela as questões mais problemáticas encontradas na construção da história social da comunicação. Um dilema crucial nessa trajetória reside nos próprios pesquisadores. O número de pesquisadores com formação específica em comunicação social, preocupados com a história dos meios, é reduzido. As tentativas de elaboração da história social dos meios partiram de pessoas com formação em áreas correlatas com a comunicação como História, Letras, Sociologia, Filosofia ou Antropologia. Os resultados dessas contribuições, frequentemente, mostram não só o desconhecimento da natureza da comunicação social, mas também uma constante confusão entre o que supõem ser a comunicação e as especificidades da sua área, resultando em obras pouco rigorosas em relação aos objetos estudados.

A herança dos estudos iniciais persiste na literatura mais contemporânea, marcando, dessa maneira, uma presença significativa na construção da história da comunicação social. Os exemplos de Harold Innis e Marshall McLuhan, vistos anteriormente, ilustram bem essa questão. Suas marcas se encontram facilmente em publicações recentes, mesmo que seja, apenas, para realizar uma atualização da problemática dos “pais fundadores”, como ocorreu com a noção de aldeia global de McLuhan.

As fontes principais na construção da história da comunicação social giram na interação estabelecida entre os meios e as pessoas, o que demanda cuidados especiais. Qualquer informação tornada pública por um meio da comunicação dificilmente não virá carregada de sentido e de interesses, seja de quem a escreveu ou do grupo detentor do meio de comunicação no qual se encontra inserida. Os meios são parciais. Mesmo seguindo determinados códigos de ética, revelam fatos ou acontecimentos mediados. Tomando como exemplo um jornal da década de 1930, este não poderá ser visto e abordado com a definição atual de jornalismo, política, sociedade ou cultura. Com toda certeza, o(s) interesse(s) do(s) grupo(s) que publicava(m) o(s) jornal(ais), seu conhecimento tecnológico e seu sistema de crenças e acesso às informações diferem, substancialmente, de como se processam os mesmos itens na atualidade.

Além do mais, os comunicadores descrevem parcelas da realidade na qual se constroem representações dirigidas por pessoas portadoras de uma visão de mundo e de um posicionamento individual e ético diante dos mais diversos temas abordados pelos meios. O que hoje entendemos como fonte, no passado não necessariamente adquiria essa categoria. Por esse motivo, não se pode pensar que um jornal seja isento ou imparcial nas notícias que veicula. Cada época e cada país reagiram e estabeleceram parâmetros nos quais se enquadravam os meios de comunicação, motivo pelo qual o estabelecimento de categorias universais, inflexíveis e padronizadas torna-se um fator de risco na hora de construir os parâmetros da história social da comunicação.

Na tentativa de ampliar os estudos e superar os dilemas da parcialidade ou o fato de privilegiar determinadas fontes em detrimento de outras, os pesquisadores preocupados com a reconstituição da história da comunicação social partiram na busca de diferentes mecanismos destinados a elucidar e compreender o papel dos meios. Assim, adquiriam evidência as buscas de documentação como o estudo do marco legal regulamentador das políticas públicas de determinada época, os documentos ligados à área administrativa das empresas de comunicação, envolvendo balanços, contratações, aquisições de materiais técnicos e arquivos. Esses elementos passaram a complementar o quadro nos quais os meios operavam. À medida que os especialistas em comunicação produziam seus trabalhos de maneira detalhada e completa, com a junção de várias informações provenientes de diversas fontes, a construção da história da comunicação social conseguiu ter mais material, podendo realizar afirmações mais aprofundadas e críticas. Contudo, uma ressalva merece ser apontada. Não se encontram obras copiladas sobre as origens da comunicação, o que resulta numa lacuna na hora de elaborar sua trajetória.

A ausência de estudos sobre as origens e os desdobramentos dos meios de comunicação social evidencia a existência de uma brecha relevante, difícil de ser preenchida, indispensável para compreender não só as origens dos meios de comunicação, como também sua evolução no transcorrer do tempo. Esse vazio impediu que pudessem

ser realizadas obras de caráter epistemológico necessárias para se concretizar uma história dos meios assentada em bases sólidas de conhecimento. Vale a pena destacar que a inexistência desses estudos torna-se mais crítica à medida que nos afastamos dos tempos mais recentes e deparamos com países onde a preservação, como política das empresas privadas ou públicas, demorou muito para ser adotada.

De alguma maneira, essa carência parece compreensível, pois seria uma utopia pensar que as emissoras de rádio, por exemplo, tivessem arquivado todos os seus programas desde o momento em que começaram a operar. Claro que sempre restam dados alternativos como a divulgação da programação nos jornais, mas a compreensão do conteúdo e da maneira como eram produzidos, fatos relevantes para entender sua relação com a sociedade, fica claramente comprometida. Uma exceção parece ter acontecido com os jornais. Os arquivos sobre esses meios, além de serem mais completos, se preservaram em vários países, permitindo que a organização da história do jornalismo impresso esteja mais desenvolvida se comparada à dos outros meios.

A inexistência de trabalhos comparativos, destinados a identificar como se construíram as trajetórias de cada meio e, inclusive, para ver se um meio influenciou os outros, faz que sua história não possa ser estabelecida com segurança, dificultando as tentativas de situar momentos e características específicos na consolidação dos meios de comunicação social. A elaboração dos fundamentos e metodologias se encontra em constante construção, recebendo invariavelmente contribuições destinadas a estabelecer novas revisões e periodizações. Entretanto, essas idas e vindas não têm impedido a realização de tentativas no sentido de elaborar trabalhos mais teóricos e reflexivos sobre a história da comunicação social.

A reversão dessa tendência ocorre, na atualidade, por causa, em parte, do impulso proveniente dos estudos de comunicação realizados nas universidades. O aporte de trabalhos dos estudos dos meios, enfatizando sua trajetória regional nas quais se privilegiam os estudos das peculiaridades e especificidades, emerge, dando à comunicação

um maior suporte teórico e clareza na hora de se falar do seu objeto, dos métodos e das fontes de estudo.¹¹ Aliás, parece ter se chegado a uma situação extrema na qual se aceita a ideia de que a comunicação representa um vetor decisivo na construção da sociabilidade contemporânea. Fica difícil imaginar uma sociedade onde as pessoas não fiquem expostas, por muito tempo, aos meios de comunicação e, conseqüentemente, ao conteúdo divulgado neles.

Contudo, a aparente proliferação dos estudos da história da comunicação social aponta alguns itens problemáticos relacionados à metodologia. Normalmente, há uma similaridade entre a história da comunicação social e a do jornalismo. Como o jornal e o jornalismo impresso apresentam registros mais completos do que os outros meios de comunicação, como apontávamos anteriormente, há uma tendência a relacionar a história do jornalismo com a da comunicação social. Mas a história da comunicação social demanda estudos específicos para cada meio de comunicação, pois os métodos, as definições e a periodização realizada no jornalismo impresso não servem para o rádio, a televisão ou o cinema, e muito menos para a internet.

O eixo da construção da comunicação social reside no reconhecimento das nuances de cada meio, no estudo de suas repercussões na construção da sociabilidade e na formação e divulgação de ideias e valores. A essa questão é necessário acrescentar uma outra. Cada meio se torna público num determinado momento específico e numa realidade particular. Considerar o tempo e espaço no qual se veiculou representa outro fator relevante na compreensão de sua atuação. O resultado dessa interação é, justamente, a área de interesse da história da comunicação social.

Nela podem-se identificar as leituras peculiares realizadas por determinados grupos sobre os meios de comunicação. Há uma relação dialética entre os fatos, sua divulgação e alcance na transformação

social. Pode-se investigar até onde os meios ocasionaram ou interpretaram os fatos ou, ao contrário, delimitar em que circunstâncias os meios espelharam apenas alguns fatos, ignorando outros – questões que emergem de maneira proeminente no que tange à construção histórica da comunicação social.

Ao defender tal posicionamento, adotamos um ponto de vista bastante claro: a comunicação ocorre apenas quando chega ao receptor, depositário final dos efeitos comunicativos provenientes das informações publicadas nos meios de comunicação, e repercute na consolidação da sociabilidade. Obviamente, os avanços tecnológicos e a complexidade dos conteúdos oferecidos pelos meios tornam-se relevantes, mas não decisivos na construção da história social da comunicação. A informação veiculada pelos meios age num determinado grupo social concreto, dentro de uma conjuntura, promovendo reações, sem as quais seria uma atividade irrelevante para a sociedade.

Do exposto anteriormente, podemos inferir que a comunicação social acontece e aparece como resultado da ação dos meios num espaço e tempo concretos. Ao historiar a trajetória dos meios de comunicação, não se deve perder o foco central, ou seja, a comunicação e sua transcendência num determinado grupo social. Excluímos, neste texto, intencionalmente, a comunicação interpessoal, ou seja, aquela que não tem sua manifestação social conhecida. Não ignoramos a existência de outros tipos de comunicação, mas, como apresentam mais resultados individuais do que sociais, não serão tratados nesta oportunidade. Apesar das lacunas e carências de estudos na temática da história da comunicação social, uma alternativa, para equacionar essa deficiência, se encontra no aprofundamento do estudo das formas da articulação da comunicação com as transformações sociais. A história da comunicação social deve privilegiar análises e explicações das funções que têm desenvolvido os meios nas diversas sociedades no transcorrer do tempo, assim como sua transcendência explícita para o presente.

Diante desse quadro, a questão relacionada à comunicação social como agente articulador nas sociedades merece algumas reflexões. Teoricamente, não existe discrepância quando se pensa a comunica-

ção social como uma das formas mais efetivas de integração social, pelo menos nas denominadas sociedades contemporâneas. Contudo, outra questão mais problemática diz respeito à comprovação dos efeitos da comunicação nas sociedades, com que intensidade e em que condições ocorrem, questão essa respondida pelo uso de determinadas metodologias preocupadas em relacionar a comunicação com seu papel social. Inevitavelmente, a informação exposta nos meios, informação entendida como fato, emerge como ponto central na relação história-comunicação.